



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora
Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima s/nº – Cambéba – Fortaleza – Ceará – CEP 60830-120
DDD (0**85) Telefone: 3207-7178 – <http://www.tjce.jus.br> – e-mail: corregedoria@tjce.jus.br

**Inspeção realizada na 6ª Vara da Fazenda Pública da
Comarca de Fortaleza /CE**

RELATÓRIO

Portaria nº 16/2021/CGJCE

Corregedor Geral da Justiça:

Desembargador Paulo Airton Albuquerque Filho

Juiz Corregedor Auxiliar:

Dr. Francisco Gladyson Pontes Filho

1 DA IDENTIFICAÇÃO DA CORREIÇÃO	
Processo	CPA 8500500-15.2021.8.06.0026
Unidade	6ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza
Entrância	Entrância Final
Endereço	Rua Desembargador Floriano Benevides Albuquerque, 220, Edson Queiroz
Período da Correição	Março de 2021
Portaria	Portaria nº 16/2021/CGJCE

2 DO JUIZ – DADOS FUNCIONAIS E PESSOAIS	
Nome: Paulo de Tarso Pires Nogueira	Matrícula: 81204
(X) Juiz de Direito () Juiz Substituto	(X) Titular () Respondendo () Auxiliando Se o juiz estiver respondendo ou auxiliando: Portaria designatória: Portaria nº ____/____
Exercício cumulativo: (X) Sim () Não	Quais? Juizado do Torcedor
Ingresso na Magistratura: 04/04/1993	Ingresso na Vara: 25/08/2005
O juiz reside na Comarca?	(X) Sim () Não
O Juiz exerce a função de Diretor do Fórum?	() Sim (X) Não
O Juiz exerce outra função administrativa (CEJUSC, COMAN, Distribuição, Vice-Diretor)?	() Sim (X) Não Qual?
O Juiz exerce a função de Juiz Eleitoral?	() Sim (X) Não
O Juiz exerce a função de magistério?	() Sim (X) Não Se sim, em qual instituição? Qual a frequência?

3 DO QUADRO DE PESSOAL		
3.1 ANALISTAS JUDICIÁRIOS	TOTAL	01
Ernani Teixeira Arruda		11823
3.2 JUÍZES LEIGOS	TOTAL	00
3.3 OFICIAIS DE JUSTIÇA	TOTAL	00
3.4 TÉCNICOS JUDICIÁRIOS	TOTAL	00
3.5 AUXILIARES JUDICIAIS	TOTAL	00
3.6 ESTAGIÁRIOS DE PÓS-GRADUAÇÃO	TOTAL	00
3.7 ESTAGIÁRIOS DE GRADUAÇÃO	TOTAL	03
Cesar Augusto Bonfim Colares		42635
Ana Gardênia Rocha Carneiro		44445

Francisco Aroldo Pereira Filho		44586
3.8 TERCEIRIZADOS	TOTAL	00
3.9 CEDIDOS	TOTAL	01
Sérgio Henrique Da Justa Teixeira		2179
3.10 CARGOS EM COMISSÃO		
Sérgio Henrique da Justa Teixeira	Supervisor	2179
Cynara Guimarães Pimentel Feitoza	Conciliadora	172
Mariana Barreto Medeiros	Assistente	8013

4 DO PROMOTOR DE JUSTIÇA		
Nome: Luciano Percicotti Santana		(X) Titular () Respondendo
Responde por outras Comarcas? () Sim (X) Não	Quais?	

5 DO DEFENSOR PÚBLICO		
Nome: Marília Braga Olinda de Lucena		(X) Titular () Respondendo
Responde por outras Comarcas? () Sim (X) Não	Quais?	

6 DA COMPETÊNCIA DA UNIDADE JUDICIÁRIA		
Comarca com Cinco Varas ou mais		
<input type="checkbox"/> Jurisdição Cível <input type="checkbox"/> Cível Comum <input type="checkbox"/> Cível Especializada em Revisão de Contratos Bancários <input type="checkbox"/> Cível Especializada em Seguro DPVAT <input type="checkbox"/> Cível Especializada em Execução de Título Extrajudicial <input type="checkbox"/> Recuperação de Empresas e Falências <input type="checkbox"/> Família <input type="checkbox"/> Sucessões <input type="checkbox"/> Fazenda Pública <input type="checkbox"/> Registros Públicos		
<input type="checkbox"/> Jurisdição Criminal <input type="checkbox"/> Criminais Comum <input type="checkbox"/> Privativa Audiência de Custódia <input type="checkbox"/> Juri <input type="checkbox"/> Delitos de Tráfico de Drogas <input type="checkbox"/> Execução Penal e Corregedoria de Presídios <input type="checkbox"/> Execução de Penas e Medidas Alternativas <input type="checkbox"/> Crimes contra a Ordem Tributária		

<input checked="" type="checkbox"/> Jurisdição Especial <input type="checkbox"/> Execução Fiscal <input type="checkbox"/> Infância e Juventude <input type="checkbox"/> Juizado Especial Cível <input type="checkbox"/> Juizado Especial Criminal <input type="checkbox"/> Juizado Especial Cível e Criminal <input checked="" type="checkbox"/> Juizado Especial da Fazenda Pública <input type="checkbox"/> Juizado da Violência Doméstica contra a Mulher <input type="checkbox"/> Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais <input type="checkbox"/> Turma Recursal dos Juizados Especiais da Fazenda Pública

7 DO ACERVO PROCESSUAL			
Acervo atual		1631	
Acervo na última inspeção realizada pela CGJ/CE		715	
Data da Inspeção: 09/2015	Nº CPA: 8502533- 85.2015.8.06.0026		
<input type="checkbox"/> Diminuiu	<input checked="" type="checkbox"/> Aumentou	Diferença:	916
Tramitação Processual <input type="checkbox"/> Físico <input checked="" type="checkbox"/> Digital <input type="checkbox"/> Físico/Digital			

8 DA PRODUTIVIDADE		
DADOS DO MAGISTRADO		
8.1 Produtividade do magistrado nos últimos 12 meses (conforme lista anexa)		
Item	Quantidade Total	Média Mensal
Sentenças	3823	318,58
Acordos	5	0,42
Decisões	3410	284,17
Audiências	20	1,67
Despachos	11873	989,42
DADOS DA UNIDADE – dados extraídos do dia 26 de março de 2021		
8.2 Gestão de desempenho (Ano: 2021)		
Processos novos	614	
Processos pendentes de julgamento	1215	
Processos julgados	853	
Processos pendentes de baixa	1631	
Processos baixados	322	
8.3 Gestão do acervo (Mês: março /Ano: 2021)		
Processos conclusos para Sentença	341	
Processos julgados e não baixados	416	
Processo Suspenso	1760	
Processos Reativados no mês	0	
Processos Transitados no mês	96	
Processos em grau de recurso no mês	32	
Processos remetidos a outro foro no mês	0	
Processos arquivados definitivamente no mês	189	
Processos entrados no mês	200	
Processos julgados no mês	240	
8.4 Processos prioritários (conforme listas anexas)		
Idoso	Pendente de Julgamento	16
	Pendente de Baixa	22
Cirurgia, Leito Hospitalar e Medicamentos	Pendente de Julgamento	1
	Pendente de Baixa	3

11.3 Cartas Precatórias	
Pendentes	1

12 DAS AUDIÊNCIAS	
12.1 Produtividade nos últimos 12 meses	
Total de audiências agendadas	64
Total de audiências realizadas	27
Audiências não realizadas	1
Audiências canceladas/redesignadas	1
12.2 Situação geral	
Processos aguardando a designação de audiências	0
Processos aguardando a realização de audiência	13
Audiência designada com a data mais distante	26/05/2021

13 DO GERENCIAMENTO DA UNIDADE	
Gestão de Processo de Trabalho	
Como é feita a abertura de Malote Digital?	<input checked="" type="checkbox"/> servidor específico <input type="checkbox"/> revezamento
Como é feita a abertura de e-mail institucional?	<input checked="" type="checkbox"/> servidor específico <input type="checkbox"/> revezamento
Há uma rotina específica para a cobrança de cartas precatórias sem cumprimento?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Há uma rotina específica para cobrança de mandados pendentes de cumprimento?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não

14 PROCESSOS INSPECIONADOS	
14.1 PROCESSOS CONCLUSOS PARA DESPACHO	
Processo	Movimentação
0220344-75.2020.8.06.0001	Visto em inspeção. Trata-se de ação de obrigação de fazer com pedido liminar de antecipação de tutela para recebimento, distribuída em 27/03/2020. Sentença proferida em 17/06/2020. Trânsito em julgado em 03/08/2020. Despacho proferido em 03/02/2021, determinando providências ao requerente. Petição apresentada em 22/02/2021. Feito concluso desde então.
0178257-41.2019.8.06.0001	Visto em inspeção. Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c pedido de tutela de urgência liminar com preceito cominatório, distribuída em 08/10/2019. Sentença proferida em 01/11/2019. Trânsito em julgado em 20/02/2020. Despacho proferido em 29/01/2021, determinando providências ao requerente. Petição apresentada em 22/02/2021. Feito concluso desde então.
0134769-70.2018.8.06.0001	Visto em inspeção. Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c pedido de tutela de urgência liminar com preceito cominatório, distribuída em 24/05/2018. Sentença proferida em 19/06/2018. Processo despachado em 23/12/2019, determinando a intimação da parte requerente para providências. Petição apresentada em 03/03/2021. Feito concluso desde então.

0168508-68.2017.8.06.0001	Visto em inspeção. Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c pedido de tutela de urgência liminar com preceito cominatório, distribuída em 14/09/2017. Sentença proferida em 09/10/2017. Despacho proferido em 29/01/2021, determinando a intimação da parte autora para manifestação. Petição apresentada em 22/02/2021. Feito concluso desde então.
0176382-41.2016.8.06.0001	Visto em inspeção. Trata-se de ação de concessão de pensão por morte c/c pedido de tutela de urgência, distribuída em 19/10/2016. Sentença proferida em 17/12/2020. Petição apresentada em 18/02/2021. Feito concluso desde então.
0219773-70.2021.8.06.0001	Visto em inspeção. Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c pedido de tutela de urgência liminar com preceito cominatório, distribuída em 23/03/2021. Contestação apresentada em 27/03/2021. Despacho em elaboração aguardando análise do magistrado.
0210651-33.2021.8.06.0001	Visto em inspeção. Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c pedido de tutela de urgência liminar com preceito cominatório, distribuída em 17/02/2021. Réplica apresentada em 29/03/2021. Despacho proferido em 29/03/2021, abrindo vistas ao MP. Aguardando manifestação.
0256479-86.2020.8.06.0001	Visto em inspeção. Trata-se de ação ordinária c/c antecipação dos efeitos da tutela, distribuída em 05/10/2020. Réplica apresentada em 05/11/2020. Parecer apresentado em 27/11/2020. Feito concluso desde então.
0264959-53.2020.8.06.0001	Visto em inspeção. Trata-se de ação de atualização e cobrança de anuênios pelo rito dos juizados especiais da fazenda pública, distribuída em 13/11/2020. Contestação apresentada em 15/01/2021. Feito concluso desde então.
0271755-60.2020.8.06.0001	Visto em inspeção. Trata-se de ação de procedimento comum com pedido de tutela provisória de urgência e de evidência, distribuída em 10/12/2020. Contestação apresentada em 15/02/2021. Feito concluso desde então.
14.2 PROCESSOS CONCLUSOS PARA DECISÃO	
Processo	Movimentação
0130482-98.2017.8.06.0001	Visto em inspeção. Trata-se de ação declaratória c/c obrigação de fazer e pedido de tutela de urgência, distribuída em 05/05/2017. Sentença proferida em 23/05/2017. Trânsito em julgado em 15/03/2018. Despacho proferido em 16/02/2021, determinando providências à parte autora. Manifestação apresentada em 12/03/2021. Processo concluso desde então.
0216373-48.2021.8.06.0001	Visto em inspeção. Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c pedido liminar c/c indenização por danos morais, distribuída em 09/03/2021. Despacho proferido em 09/03/2021, postergando a apreciação do pedido liminar após a formação do contraditório. Certidão de decurso de prazo em 24/03/2021. Feito concluso desde então.
14.3 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA	
Processo	Movimentação
0189500-79.2019.8.06.0001	Visto em inspeção. Trata-se de ação ordinária de obrigação de fazer com fornecimento de medicamentos em tutela de urgência de natureza antecipada – inaudita altera parte – nos termos do art. 300 do NCPC, distribuída em 08/11/2019. Parecer do Ministério Público apresentado em 10/01/2021. Feito concluso para sentença desde então.

0203568-97.2020.8.06.0001	Visto em inspeção. Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer com Preceito Cominatório e Pedido de Tutela Antecipada, distribuída em 17/01/2020. Despacho proferido em 10/09/2020, determinando a intimação do autor para apresentação de réplica. Certidão de decurso de prazo em 14/01/2021. Feito concluso desde então.
0240459-20.2020.8.06.0001	Visto em inspeção. Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c pedido de tutela antecipada, distribuído em 16/09/2020. Parecer apresentado em 26/01/2021. Feito concluso desde então.
0276027-97.2020.8.06.0001	Visto em inspeção. Trata-se de ação de obrigação de fazer com preceito cominatório e pedido de tutela antecipada, distribuída em 11/01/2021. Parecer apresentado em 09/02/2021. Feito concluso desde então.
0266923-81.2020.8.06.0001	Visto em inspeção. Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c pedido de tutela antecipada, distribuído em 21/11/2020. Parecer apresentado em 18/02/2021. Feito concluso desde então.
0214506-54.2020.8.06.0001	Visto em inspeção. Trata-se de ação de implantação e cobrança dos anuênios pelo rito dos juizados especiais da fazenda pública, distribuída em 29/02/2020. Réplica apresentada em 13/10/2020. Processo concluso desde então.
0203948-23.2020.8.06.0001	Visto em inspeção. Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c pedido de anulação de processo administrativo c/c repetição de indébito c/c tutela provisória de urgência em caráter incidental, distribuída em 20/01/2020. Parecer apresentado em 09/11/202. Feito concluso desde então.
0211199-92.2020.8.06.0001	Visto em inspeção. Trata-se de ação de obrigação de fazer, distribuída em 13/02/2020. Parecer apresentado em 20/11/2020. Feito concluso desde então.
0221584-02.2020.8.06.0001	Visto em inspeção. Trata-se de ação de obrigação de fazer e cobrança revisional de aposentadoria, distribuída em 01/04/2020. Parecer apresentado em 20/11/2020. Feito concluso desde então.
0251045-19.2020.8.06.0001	Visto em inspeção. Trata-se de ação ordinária, distribuída em 11/09/2020. Parecer apresentado em 24/11/2020. Feito concluso desde então.
14.4 CARTAS PRECATÓRIAS	
Processo	Movimentação
0013804-58.2021.8.06.0001	Visto em inspeção. Trata-se de Carta Precatória, distribuída em 25/02/2021, deprecando o ato de ouvir testemunha. Despacho proferido em 26/02/2021, designando o dia 12/05/2021 para realização de audiência. Aguardando a realização de audiência.
14.5 PROCESSOS ATINENTES AO ESTATUTO DO IDOSO	
Processo	Movimentação
0210643-56.2021.8.06.0001	Visto em inspeção. Trata-se de ação de execução de honorários advocatícios a defensor dativo, distribuída em 17/02/2021. Processo despachado em 17/02/2021, determinando a intimação do requerido para apresentação de contestação. Aguardando manifestação.
0214506-54.2020.8.06.0001	Visto em inspeção. Trata-se de ação de implantação e cobrança dos anuênios pelo rito dos juizados especiais da fazenda pública em face do município de fortaleza, distribuída em 29/02/2020. Réplica apresentada em 13/10/2020. Feito concluso desde então.

0241628-42.2020.8.06.0001	Visto em inspeção. Trata-se de ação previdenciária de concessão de pensão por morte com pedido liminar de antecipação de tutela, distribuída em 28/07/2020. Parecer apresentado em 16/09/2020. Feito concluso desde então.
0215125-81.2020.8.06.0001	Visto em inspeção. Trata-se de ação de anulação de multa de trânsito c/c tutela de urgência, distribuída em 03/03/2020. Parecer apresentado em 28/04/2020. Petição apresentada pela parte autora em 26/06/2020. Feito concluso desde então.
0221584-02.2020.8.06.0001	Visto em inspeção. Trata-se de ação de obrigação de fazer e cobrança revisional de aposentadoria pelo rito dos juizados especiais da fazenda pública, distribuída em 01/04/2020. Parecer apresentado em 20/11/2020.
14.6 PROCESSOS INSERIDOS NA META 2 DO CNJ	
Processo	Movimentação
0146277-13.2018.8.06.0001	Visto em inspeção. Trata-se de ação declaratória negativa de propriedade e inexistência de débito c/c pedido de antecipação de tutela e danos morais, distribuído em 12/07/2018. Réplica apresentada em 08/04/2019. Despacho proferido em 02/03/2021, determinando a expedição de ofício a alguns órgãos públicos para providências. Aguardando manifestação.
0851730-84.2014.8.06.0001	Visto em inspeção. Trata-se de ação de execução, distribuída em 11/04/2014. Decisão interlocutória proferida em 26/02/2021, homologando a quantia objeto da ação. Embargos de Declaração apresentados em 18/03/2021. Despacho proferido em 22/03/2021, determinando a intimação da parte recorrida. Aguardando manifestação.
0176997-60.2018.8.06.0001	Visto em inspeção. Trata-se de ação de reversão de pensão por morte de viúva de militar, distribuída em 09/11/2018. Despacho proferido em 05/03/2021, determinando a intimação das partes para manifestação acerca de certidão retro. Manifestação da parte autora em 29/03/2021. Aguardando manifestação do Estado do Ceará.
0154306-86.2017.8.06.0001	Visto em inspeção. Trata-se de ação cautelar incidental com pedido de liminar, distribuída em 25/07/2017. Despacho proferido em 09/03/2021, determinando a intimação do requerente para manifestação acerca de petição retro. Aguardando manifestação.
0852292-93.2014.8.06.0001	Visto em inspeção. Trata-se de ação de execução, distribuída em 25/04/2017. Despacho proferido em 18/02/2021, determinando a intimação do Estado do Ceará para manifestação. Petição apresentada em 25/02/2021. Processo concluso desde então.

15 PROCESSOS HÁ MAIS TEMPO SEM MOVIMENTAÇÃO		
Processo	Última movimentação	Movimentação
0035137-91.2006.8.06.0001 (1)	24/07/2013	Entranhado
0030437-96.2011.8.06.0001 (1)	02/10/2013	Entranhado
0142829-76.2011.8.06.0001 (1)	29/10/2013	Entranhado
0396340-39.2010.8.06.0001 (1)	29/10/2013	Entranhado
0023365-97.2007.8.06.0001 (1)	05/11/2013	Entranhado
0138289-82.2011.8.06.0001 (1)	05/11/2013	Entranhado
0142540-46.2011.8.06.0001 (1)	05/11/2013	Entranhado
0142549-08.2011.8.06.0001 (1)	05/11/2013	Entranhado
0131440-94.2011.8.06.0001 (1)	06/11/2013	Entranhado
0136537-75.2011.8.06.0001 (1)	19/11/2013	Entranhado

16 AVALIAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE METAS	
16.1 Taxa de Congestionamento (Meta para 2020 é 70,8%)	
Na última inspeção realizada pela CGJ/CE	-
2018	38,77%
2019	59,83%
2020	23,78%
2021	28,95%
16.2 Índice de Atendimento à demanda – IAD (Meta para 2020 é 124%)	
2018	90,30%
2019	43,45%
2020	170,39%
2021	52,44%
16.3 Meta 1 (Meta para 2020 é maior que 100%)	
2018	88,43%
2019	60,74%
2020	162,77%
2021	138,93%
16.4 Meta 2 (Meta para 2020 é 80%)	
Total de Processos em Janeiro/2020	22
Total de processos pendentes de julgamento	22
Total de processos julgados	0
2019 – Percentual de Atingimento	0%
Total de processos a serem julgados até dezembro para cumprir a meta 2020	18
16.5 Meta 4 (Meta para 2020 é 70%)	
Total de Processos em Janeiro/2020	0
Total de processos pendentes de julgamento (conforme listas anexas)	0
16.6 Meta 6 (Meta para 2020 é 60%)	
Total de Processos em Janeiro/2020	0
Total de processos pendentes de julgamento (conforme listas anexas)	0
16.7 Conciliação	
Quantidade de Audiências de Conciliação realizadas em 2019	0
Quantidade de Audiências de Conciliação realizadas em 2020, até o mês anterior em que a inspeção se realizou	0

17 DA VIDEOCONFERÊNCIA	
Possui estrutura (câmera e sistema) para realização da videoconferência:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não
Possui sala específica para a videoconferência?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não
Cadastro no SIMAVI foi realizado:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não
Já realizou audiência por videoconferência:	() Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não

18 NORMATIVOS IMPORTANTES	
Normativo	Conteúdo
Provimento nº 14/2019/CGJCE	Dispõe sobre os procedimentos relativos ao recambiamento de presos e a solicitação de escolta para acompanhar detentos a audiências dentro do Estado do Ceará.
Provimento Conjunto nº 02/2019/ PRES/CGJ-CE	Disciplina o recolhimento, destinação, controle e aplicação de valores oriundos de prestação pecuniária imposta em sede de transação penal e como condição da suspensão do processo, de acordo com a Resolução nº 154, de 13 de julho de 2012, do Conselho Nacional de Justiça.
Provimento nº 01/2019/CGJCE	Define os atos ordinatórios a serem praticados de ofício pelas Secretarias das Unidades Judiciais para efetividade do disposto no art. 93, inciso XIV, da Constituição Federal, c/c o artigo 203, § 4º, do Código de Processo Civil.
Provimento nº 22/2018/CGJCE	Determina a utilização do Sistema de Automação do Judiciário (SAJ/PG) para a prolação de sentenças.

Provimento nº 17/2018/CGJCE	Estabelece os critérios e define o procedimento da Inspeção Judicial Anual a ser adotado no âmbito do Primeiro Grau de Jurisdição do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, sob os auspícios do art. 39, Lei nº 16.397/2017, e da Recomendação CNJ nº 12/2013 e regulamenta as disposições pertinentes.
Provimento nº 08/2018/CGJCE	Autoriza os magistrados dos juizados especiais criminais e os demais juízos com competência criminal do Ceará a receber, mandar distribuir e processar os Termos Circunstanciados de Ocorrência - TCO para o fim de deflagrar procedimento de natureza penal, lavrado por qualquer agente público regularmente investido na função de policiamento (art. 69, Lei 9099/95), a exemplo dos policiais militares, policiais rodoviários federais, escrivães e inspetores de Polícia Civil.
Provimento nº 06/2018/CGJCE	Estabelece para remessa de processos por declínio de competência entre os sistemas utilizados nas Unidades Judicial do Estado do Ceará.
Provimento nº 11/2017/CGJCE	Dispõe sobre a gestão e a fiscalização judiciárias exercidas pelos juízes criminais, em comarcas onde houver cadeias públicas passíveis de interdição.
Provimento nº 09/2017/CGJCE	Dispõe sobre a alienação antecipada de bens apreendidos em procedimentos criminais e dá outras providências.
Provimento nº 02/2017/CGJCE	Dispõe sobre a fiscalização da situação processual dos presos provisórios pelos Juízes de Direito das unidades judiciárias com competência criminal do Poder Judiciário do Estado do Ceará.
Provimento nº 05/2016/CGJCE	Dispõe sobre a obrigatoriedade da escoreita e completa alimentação dos dados de qualificação e histórico da parte passiva em feitos de natureza criminal no âmbito da 1ª Instância do Poder Judiciário do Estado do Ceará, e dá outras providências.

19 RECLAMAÇÕES/CONSTATAÇÕES

20 RECOMENDAÇÕES

20.1	<i>Manter monitoramento e efetivação das Metas Nacionais do Judiciário para 2021, com destaque para as Metas 1 E 2;</i>
20.2	<i>Inserir a tarja referente a feitos prioritários nos processos assim considerados, para facilitar a identificação e julgamento destes feitos;</i>
20.3	<i>Adoção das recomendações pontuadas nos processos inspecionados, principalmente naqueles paralisados por tempo demasiado, providenciando o devido impulso oficial;</i>
20.4	<i>Instituir rotina de cobrança de cartas precatórias, com o intuito de evitar que tais procedimentos fiquem paralisados no juízo deprecante;</i>
20.5	<i>Providenciar que os feitos prioritários recebam a devida atenção, fazendo-os tramitar em fluxo distinto das demais demandas judiciais;</i>
20.6	<i>Movimentar, no prazo de 90 (cento e vinte) dias, todos os processos paralisados há mais de 100 (cem) dias que se encontram no gabinete da unidade, comunicando o resultado à Corregedoria ao final deste prazo;</i>
20.7	<i>Apresentar um plano de ação para o julgamento dos processos que estão conclusos para sentença há mais de 100 dias;</i>
20.8	<i>Cobrar os mandados aguardando cumprimento há mais de 45 dias, com envio de ofício à COMAN, bem como instituir rotina de cobrança de mandados sem devolução há bastante tempo;</i>
20.9	<i>Analisar os pedidos de liminares pendentes de apreciação;</i>
20.10	<i>Atualizar o cadastro de Histórico de Partes do SAJ de todos os processos;</i>
20.11	<i>A Secretaria de Vara deverá providenciar o saneamento das listas processuais do Sistema SEI, com o intuito de que ele passe a refletir a real situação da unidade;</i>

21 CONCLUSÃO

Inspecionando à 6ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza/CE, constatou-se, em geral, que os feitos em tramitação têm andamento processual regular, com pontuais morosidades.

Em razão da pandemia COVID-19, não foi possível a inspeção presencial. Assim, o exame inspeccional focou mais nos dados estatísticos, que foram suficientes para a formação de um diagnóstico acerca do desenvolvimento das atividades jurisdicionais.

Passo a expor a situação verificada, no sistema SAJPG, durante a análise por amostragem dos processos inspecionados.

Os processos na fila **Conclusos para Despacho**: a totalidade dos feitos inspecionados possuía data de conclusão recente.

Existiam apenas 2 (dois) processos **Conclusos para Decisão Interlocutória**, sendo verificado que ambos possuíam data de conclusão recente, estando conclusos desde março de 2021.

Na fila **Concluso para Sentença**, os processos estavam conclusos desde segundo semestre de 2020, estando alguns conclusos desde janeiro de 2021.

Assim, podemos perceber que os feitos estão sendo impulsionados a contento nas filas de atos judiciais, sendo verificadas poucas morosidades na tramitação processual.

No que diz respeito à quantidade de processos **paralisados há mais de 100 dias**, conforme dados do sistema SEI (extraídos na data de 26/03/2021), a 6ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza possui 349 (trezentos e quarenta e nove) processos nessa situação, o que corresponde a aproximadamente 21% do acervo total; nesse número, existem 99 (noventa e nove) feitos sem movimentação há mais de um ano.

É importante destacar que dentre os processos paralisados há mais de um ano, existem diversos feitos sem movimentação desde 2013. Provavelmente, tais processos foram movimentados com o código errado, o que impossibilita o reconhecimento da referida movimentação pelo sistema. Assim, deve a unidade empreender esforços para que os dados existentes no sistema SEI correspondam à realidade da vara.

Um aspecto importante diz respeito ao monitoramento das Metas do CNJ.

Em janeiro de 2021, a unidade possuía 22 (vinte e dois) processos inseridos na **Meta 2 do CNJ**, dos quais, até o mês de março, nenhum foi sentenciado, restando o julgamento de 18 (dezoito) processos, até o final do ano, para que a referida meta seja atingida. Trata-se de um número plenamente atingível, devendo o magistrado empreender esforços nesse sentido.

A unidade não possui processos inseridos na **Meta 4 do CNJ** e na **Meta 6 do CNJ**.

No que diz respeito à produtividade, quando considerados os últimos 12 (doze) meses, o Dr. Paulo de Tarso Pires Nogueira possui uma **média processual**, considerando todas as unidades em que atuou, de 318,58 sentenças por mês, o que vem sendo suficiente para atender à demanda da unidade, que é de 220,91 processos por mês (demanda da unidade obtida dividido-se a quantidade de processos recebidos no ano de 2020 por doze meses).

Vê-se também que a **taxa de congestionamento** está sendo reduzida, pois, em 2019, estava em 59,83%, enquanto, atualmente, está em 28,95%. Dessa forma, tem-se uma redução de trinta pontos percentuais.

Analisando os dados acima, percebe-se que o Dr. Paulo de Tarso Pires Nogueira, bem como sua equipe de servidores estão empreendendo esforços para fornecer uma boa prestação jurisdicional à população.

Portanto, constatou-se que, neste momento, não há falhas graves aptas a justificar o aprofundamento da matéria no âmbito disciplinar. As irregularidades verificadas foram alvo de recomendações e medidas específicas, atendendo-se, assim, ao desiderato maior da atividade pedagógica desta Corregedoria.

Os esforços do Magistrado à frente da Unidade, bem como da equipe de funcionários, visam à garantia do regular desempenho dos serviços judiciais. As omissões e irregularidades anteriormente consignadas são sanáveis, com a implementação das recomendações acima pormenorizadas, não possuindo aptidão para comprometer o serviço ofertado pelo Judiciário à população local.

